

SUITING 3240MIZ

Informativo Diário do Sindicato dos Urbanitários

02/06/2017

Disponível no site http://www.sintius.org.br

Senado aprova MP que garante bônus aos peritos do INSS

Senadores aprovaram em votação no plenário a Medida Provisória 767/2017 que aumenta a carência para concessão de benefícios previdenciários. O texto, aprovado na forma do Projeto de Lei de Conversão 8/2017, também cria um bônus para os médicos peritos do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). A intenção do governo é de diminuir o número de auxílios concedidos há mais de dois anos que estão sem a revisão legal prevista para esse prazo. Segurados de todo País estão sendo convocados, desde 2016, para serem submetidos à perícia nos postos do INSS. O projeto segue agora para sanção presidencial. Com isso, receber auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e salário-maternidade vai ficar mais difícil para quem deixou de ser segurado do INSS e pretende voltar.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 02/06/2017



DIVULGAÇÃO/DIÁRIO DO LITORAL

Após assembleia realizada pelo sindicato em frente à agência dos Correios de Vicente de Carvalho, carteiros seguiram em passeata pela Avenida Santos Dumont

GUARUJÁ

CARTEIROS PEDEM SEGURANÇA

Carteiros que trabalham em Guarujá e no Distrito de Vicente de Carvalho pararam ontem e, em passeata, seguiram pela Avenida Santos Dumont em protesto contra os assaltos e agressões que vêm sofrendo frequentemente. Só nos últimos seis meses, foram mais de 40 casos. LITORAL/PÁGINA 6

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 02/06/2017

MP é aprovada e auditores debatem encerrar greve

O Senado aprovou ontem Medida Provisória que concede reajustes a servidores federais e reestrutura cargos e carreiras do serviço público. Entre os trabalhadores que foram beneficiados, estão os auditores fiscais da Receita Federal que atuam no Porto de Santos. A categoria paralisou os trabalhos em todo o país no último dia 22 como forma de pressionar o Congresso a votar a questão, que perderia o efeito, caso a MP não fosse aprovada até ontem. Tramitando desde dezembro do ano passado, os parlamentares deixaram a pauta para a última hora. Na noite de quarta-feira, a matéria foi aprovada na Câmara, onde a maior discussão se deu por conta da base de cálculo para o pagamento de um bônus de eficiência e produtividade para as carreiras tributária e aduaneira da Receita e de auditoria-fiscal do Trabalho – cuja fonte de recursos seria a arrecadação de multas e a venda de bens apreendidos.

Fonte: Jornal A Tribuna – 02/06/2017

Juízes e advogados disputam retroatividade de terceirização

Uma decisão de um juiz do Trabalho de Minas Gerais abriu uma discussão sobre o que deve acontecer com casos de terceirização que estão em tramitação na Justiça. O magistrado entendeu que a lei torna lícita a terceirização mesmo se a relação de trabalho aconteceu antes da sanção da regra.

"Conceitos jurídicos indeterminados como eram o de atividade-fim" foram eliminados, escreveu o juiz do Trabalho Marco Treviso. A discussão deve ser levada a instâncias superiores, afirma Carlos Cardoso, sócio do Siqueira Castro. O argumento favorável à retroatividade é que não havia lei, só súmula do TST. "A nova lei dá clareza sobre o tema", diz Cardoso.

Foi o que escreveu Treviso, o juiz de Minas Gerais: "Se havia dúvidas sobre a aplicabilidade da súmula, com a lei isso deixou de existir, porque a norma disciplinou, de forma integral, a situação". A decisão não tem unanimidade.

"A regra é a irretroatividade —a lei rege os fatos a partir do momento em que é publicada", diz Guilherme Feliciano, presidente da Anamatra (Associação dos Magistrados do Trabalho). Defensores da retroatividade esperam um confronto com o TST, diz Luanna Costa, sócia do Azevedo Sette. "Eles vão tentar construir entendimento jurídico que só se aplique em contratos [de trabalho] daqui para frente."

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo – 02/06/2017

Você está contratado!

As vagas de emprego efetivas ganharam espaço em relação às temporárias em 2017, segundo empresas de RH. Desde janeiro deste ano, 43% dos postos criados foram permanentes, contra 22% no mesmo período de 2016, apontam dados da Luandre.

O motivo, porém, é que as datas que costumam criar vagas temporárias, como Páscoa e Dia das Mães, foram fracas para o varejo, diz Alex David, gerente da Randstad. No primeiro quadrimestre, os empregos fixos cresceram 40%. Os sazonais ficaram estáveis, segundo a empresa. Com a crise política, as vagas permanentes podem perder espaço, avalia Fernando Medina, diretor da Luandre. Em maio, a proporção já foi afetada: 73% das contratações foram temporárias.

Leia mais: Jornal Folha de S. Paulo - 02/06/2017

Nível de Atividade da indústria passada avança 0,3%

A despeito da crise política, a economia apresenta sinais de recuperação. O Indicador de Nível de Atividade (INA) da indústria registrou avanço de 0,3% em abril.

O INA acompanha o total de vendas reais, as horas trabalhadas na produção e o nível de utilização da capacidade instalada (NUCI) da indústria de transformação paulista, que apresentavam também variação de 0,3%, 0,6% e 0,8% p.p, respectivamente. Os dados foram divulgados, na última quarta-feira, pelo Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp).

Fonte: Jornal A Tribuna – 02/06/2017